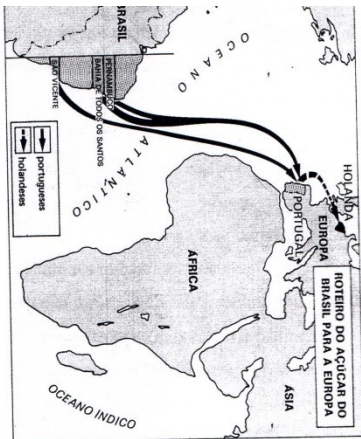


mapa a seguir e compare as distâncias de Pernambuco e em relação à Europa.

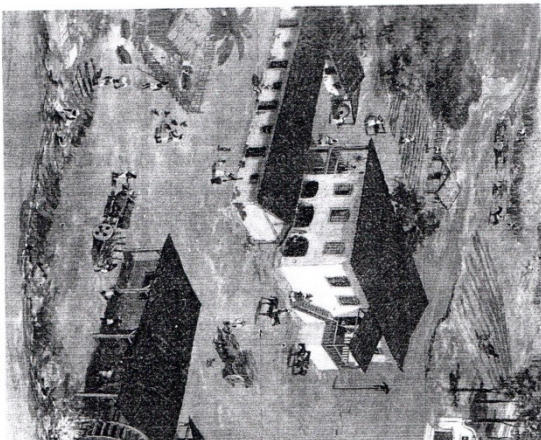


resumo da produção açucareira, notadamente em Pernambuco, nos séculos XVI e XVII, o Nordeste tornou-se o centro social, política e econômica do Brasil.

: a unidade de produção

Ante chamou-se engenho apenas o local onde se fabricava o açúcar, o local onde estava a moenda, a fornalha e a casa de açúcar. Com o tempo, porém, o termo generalizou-se e passou a designar a toda grande propriedade produtora de açúcar. O engenho, a unidade de produção açucareira onde se localizava a senzala, a capela, a fábrica do açúcar, os canaviais e as oficinas dos trabalhadores livres, tais como, o mestre do açúcar, o feitor, os artesãos, os escravos, os contramestres e outros. O engenho vivia na casa-grande com grande número de escravos, exercendo sobre eles grande autoridade. Os engenhos eram propriedade de famílias que habitavam mistas casas-grandes e algumas delas gravitavam em torno da casa-grande. Em Pernambuco, a casa-grande chegou a ter até 4.000 habitantes.

A cultura da cana teria, por força das próprias circunstâncias, desenvolvido na grande propriedade.



O engenho era a unidade produtora do açúcar e o centro dinâmico da economia açucareira.
Desenho de João Garibaldi.

"A cultura da cana para desbravar e preparar convenientemente o açúcar neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) exigiu o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era possível para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, tornava rentoso quando realizado em grandes volumes. No entanto, o pequeno produtor não podia subsistir.

"São sobretudo estas circunstâncias que determinaram a formação agrária adotada no Brasil: a grande propriedade e a cultura da cana. (Canoa, História econômica do Brasil, p. 33.)

sim, que o negro se integra na sociedade colonial: são as 'peças que enriquecem os traficantes, são os 'falegos vivos' que estendem os seus senhores, são os 'pretos de ganho' dando renda aos igam. As justas reações contra a violência dessa ordem opressora das com torturas variadas: os rebeldes eram colocados no *tronco amurado*, pequeno instrumento de ferro que prendia pés e mãos, ou acotados com o *baculho*, chicote de couro cru, tendo depois rrimentos salgados. Casos considerados mais graves eram punidos iração, a amputação de seios, a quebra de dentes — a marido apardamento vivo. Quem fugia desse inferno era considerado a graça de Deus, pois, segundo o padre Vieira, ser 'rebeld e sair' em pecado contínuo e atual...

egro entra na sociedade brasileira como cultura dominada, smamarcas da escravidão persistem, no distúrcido preconceito racial, o miserável de muitos. Não se pode pensar em Brasil sem levar toda essa história." (ALENCAR, Francisco e outros. *História da. brasileira*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979. p. 30.)

fo à luta pela liberdade, o negro — apesar de o colono branco ante procurarem embruteç-lo com a violência — reagia contra ao, evitando a reprodução (para que seus filhos não nascessem suicidando-se, matando feitores, capilões-domo e fugindo. tram, no Brasil, os primeiros movimentos para sua libertação, os quilombos (comunidades negras formadas por escravos que s, seus senhores e passavam a viver em liberdade).

Quilombo dos Palmares

quilombo dos Palmares foi o mais importante dos quilombos que um no Brasil. Localizava-se no atual Estado de Alagoas e durou lanamente 70 anos. Milhares de negros viviam em Palmares, numa proximalmente 27 mil quilômetros quadrados.

Palmares os negros produziam milho, feijão, mandioca, batata-do-1 e cana-de-açúcar e faziam um pequeno comércio com as aldeias

ares, pela sua organização política, econômica, social e cultural se num verdadeiro "Brasil negro" dentro de um "Brasil branco". o Palmares simbolizava a liberdade e, portanto, era uma atração para novas fugas de escravos, tinha de ser destruído pelos senhores los, pela existência dessa comunidade negra rebelde.

1694 Palmares foi finalmente destruído pelo paulista Domingos ho, contratado pelos senhores nordestinos.

Em 1695, Zumbi, o maior líder negro da História do Brasil, foi assassinado.

Sua cabeça foi imediatamente cortada e, segundo o próprio governador de Pernambuco, foi colocada em "um pau no lugar mais público desta praça a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos, e atemorizar os negros que, superpeticosamente, julgavam este inortal".

Por tudo que dissemos sobre a rejeção do negro contra a escravidão, fica demonstrado o quão preconceituosa e falsa é a afirmação comum de que o negro acionou a escravidão para lutar. É falsa porque a História do Brasil é, em grande parte, a história da luta do negro pela liberdade e pela afirmação do seu importante papel na formação social, econômica e cultural deste país.



Zumbi — o conduto lombo dos Palmares Victor.



A resistência de Palmares. Olio de Manuel Vitor.

Fatores determinantes

Enquanto a Inglaterra se encaminhava para a industrialização e evolui para novas formas de colonialismo, Portugal e Espanha permanecem ancorados nas formas tradicionais de produção, vindo-se na contingência de defender o sistema colonial tradicional.

(Emília Viotti)

Em fins do século XVIII, iniciaram-se os movimentos que tinham como objetivo libertar a colônia do domínio econômico português. Deste momento em diante, tomou-se consciência da exploração colonial como um todo.

Entretanto, os movimentos de libertação colonial só podem ser entendidos dentro de um panorama que envolve a crise do capitalismo comercial e a passagem para o capitalismo industrial, consequência da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra na segunda metade do século XVIII.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, tornou-se necessário estabelecer novas relações econômicas entre os países. O **livre-cambismo**, política econômica da industrialização, forçava a abertura de novas frentes de comércio.

A partir daí era preciso extinguir o pacto colonial, pois este era um empecilho às livres relações comerciais entre os países.

A superação do pacto colonial interessava sobretudo à classe dominante colonial (aristocracia agrária, principalmente), que via nisto a possibilidade de se ver livre definitivamente dos monopólios metropolitanos e da submissão aos comerciantes portugueses.

A Revolução Industrial transformou a Inglaterra no centro do capitalismo, subordinando ainda mais as antigas metrópoles e suas colônias. Como nação pioneira na Revolução Industrial, dava nova forma ao sistema de relações entre as nações.

Com isso, a Inglaterra garantia para si os mercados produtores de matérias-primas e os mercados consumidores de produtos industrializados.

As metrópoles ibéricas, Portugal e Espanha, não se encontravam em condições de avançar para a nova fase do capitalismo — não haviam acumulado capital suficiente para iniciar o processo de industrialização —, e ficaram, por isso mesmo, presas ao mercantilismo e ao absolutismo, isto é, ficaram presas ao Antigo Regime.

Com a Revolução Industrial, a burguesia se afirmou na ideologia do liberalismo político e econômico. O liberalismo foi a forma de expressão política da burguesia que buscava formas representativas de governo.

Esta ideologia foi colocada em prática na França, com a revolução de 1789, derrubando violentamente o absolutismo.

Nas colônias, os movimentos políticos sofreram a influência da crise do centro do sistema. A independência dos Estados Unidos (1776 — primei-

ro país do continente americano a romper com os laços coloniais) foi a prova de que o colonialismo mercantilista podia ser derrotado.

No Brasil, a situação era própria:

“O enriquecimento e o aumento das populações coloniais, principalmente depois da descoberta do ouro, aumentando as exigências de troca e, por outro lado, a ampliação do mercado europeu, fazendo crescer a demanda de produtos coloniais, tornaram, com o tempo, cada vez mais odiosos os monopólios e as restrições comerciais, criando na colônia um ambiente hostil à metrópole e receptivo à pregação revolucionária.” (VIOTTI DA COSTA, Emília. Introdução ao estudo da emancipação política. In MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968. p. 71.)

O Iluminismo, filosofia revolucionária da burguesia do século XVIII, consubstanciado no lema “Liberdade, Igualdade (perante a lei), Fraternidade”, foi o pensamento que orientou estes movimentos políticos contrários ao Antigo Regime.

A Inconfidência Mineira (1789)

A Conjuração Mineira foi o primeiro movimento de tentativa de libertação colonial. Aconteceu na região de Minas Gerais, onde a opressão metropolitana era mais concentrada nos monopólios e fiscalismo.

O desenvolvimento da colônia, a partir do século XVIII, era entravado pelos rigores da política mercantilista, que impedia qualquer progresso que beneficiasse a colônia.

Com referência a estes fatos, Caio Prado Júnior, em *Evolução política do Brasil*, assinala: “A repercussão desse fato no terreno político — a revolução da independência — não é mais que o termo final do processo de diferenciação de interesses nacionais ligados ao desenvolvimento econômico do país, e por isso mesmo distintos dos da metrópole e contrários a eles.”

Este movimento foi fortemente influenciado pela independência dos Estados Unidos e baseou-se nas idéias revolucionárias do século XVIII, trazidas para o Brasil por estudantes, filhos de famílias abastadas que se educavam na Europa.

A conspiração foi realizada por elementos da elite econômica, onde se destacou a presença de padres e letrados, como: Tomás Antônio Gonzaga, escritor e poeta; Cláudio Manuel da Costa, escritor e poeta, muito rico, emprestava sua casa para os conspiradores se reunirem; Inácio Alvarenga Peixoto, poeta e minerador; José Álvares Maciel, estudante, francamente fiel aos ideais iluministas; José Joaquim Maia, também estudante, que teria solicitado auxílio aos norte-americanos, através de Thomas Jefferson, um dos líderes do movimento na América do Norte; tenente-coronel Francisco de Paula Freire, comandante do Regimento de Dragões, tropa militar de Minas Gerais, e que estava hierarquicamente logo abaixo do governador.

O alferes Joaquim José da Silva Xavier foi o mais popular entre os conspiradores. Embora não tenha sido o idealizador do movimento, teve papel importantíssimo na propagação das idéias revolucionárias junto ao povo, tentando com isso arregimentar adeptos para a conjura.

Entretanto, o povo não apoiou o movimento e Tiradentes foi chamado de louco.

O povo não apoiou o movimento porque tinha uma represália violenta radicalismo alguns movimentos rebeldes. Vale frisar ainda que para a massa, composta de negros, índios e brancos pobres, o fim do pacto colonial não alteraria em nada a sua vida miserável e estomada.

Os projetos dos conjurados eram:

- rompimento com Portugal e adoção do regime republicano (a capital da nova república seria São João del Rei);
- criação de indústrias no Brasil;
- criação da Universidade de Vila Rica;
- adoção do serviço militar obrigatório;
- concessão de pensão a famílias numerosas.

Quanto ao problema da abolição da escravidão, os inconfidentes não chegaram a uma posição definida. Isto implica dizer que o maior problema social do Brasil — a escravidão negra — não era levado em muita consideração nem mesmo pelos homens mais letrados da colônia.

Aliás, diga-se de passagem, a maioria dos inconfidentes era escravistas.

^{visão de} O movimento deveria eclodir no dia de uma nova derrama, para aproveitar o descontentamento popular.

Além de tentar o apoio do povo, Tiradentes buscou também adeptos entre os maiores devedores da Coroa, pois eram, teoricamente, os mais interessados na luta contra Portugal.

Entre os grandes devedores encontrava-se Joaquim Silveira dos Reis, que chegou a participar da conspiração, mas que, depois de algumas reuniões, resolveu denunciar o movimento ao visconde de Barbacena, governador de Minas Gerais, em troca da perdão de suas dívidas. O Visconde tomou várias providências, como a suspensão da derrama (para evitar a agitação) e decretou a prisão dos denunciados.

14 de Maio
LIBERTAS
QUE SERA
TAMEN
Liberdade ainda que tardia.

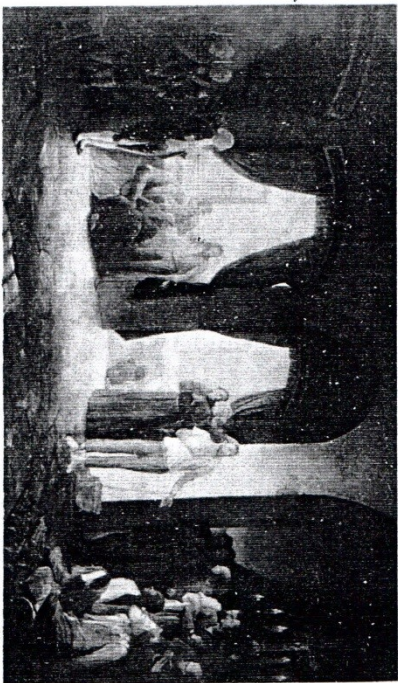
Fique claro, porém, que a Inconfidência Mineira teria fracassado mesmo sem a tração de alguns inconfidentes, como Silveira dos Reis, Brito Malheiros e Correia Pamplona. Tera fracassado devido à falta de condições de luta para enfrentar a repressão portuguesa, ao excesso de teorização revolucionária, ao apego a discussões estereis sobre abolição, planos administrativos, *stogun* da bandeira a ser adotada e, principalmente, devido à falta de apoio da aristocracia rural, única classe que apresentava condições de luta, pela sua homogeneidade de interesses.

Os inconfidentes presos foram enviados para o Rio de Janeiro, onde também fora preso Tiradentes, que para lá se dirigira em busca de apoio. Lá eles responderam pelo crime de inconfidência (falta de fidelidade ao rei), pelo qual foram condenados.

Todos negaram sua participação no movimento, menos Tiradentes, que assumiu a responsabilidade de líder da conjura. Alguns foram condenados ao degredo perpétuo e outros ao degredo temporário.

Cláudio Manuel da Costa morreu na prisão, onde provavelmente foi assassinado.

Tiradentes, o de mais baixa condição social, foi condenado à morte por enforcamento. Sua cabeça foi cortada e conduzida para Vila Rica. O corpo foi esquartejado e os pedaços foram postos pelos caminhos de Minas Gerais (21 de abril de 1792).



Sentença de Tiradentes. Óleo de Eduardo Sá.

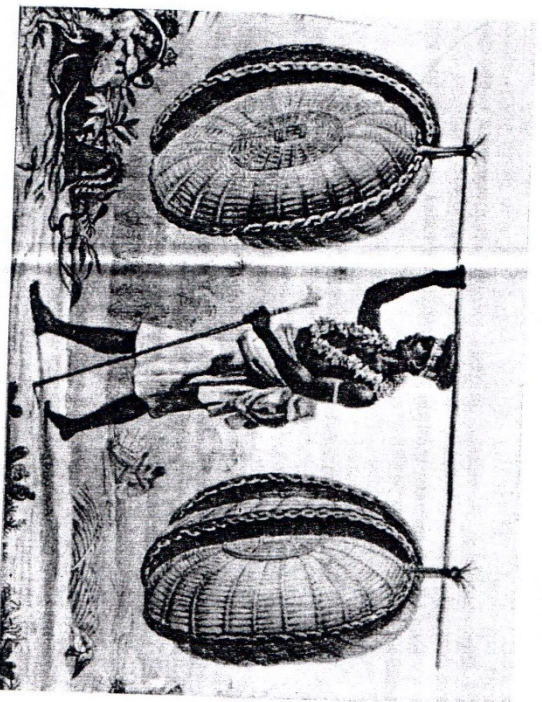
A respeito do movimento nos diz Sérgio Buarque de Holanda:

“A falta de consistência ideológica não invalida o significado da Inconfidência (Conjuração) Mineira. Era um sintoma da desagregação do Impé-

As fugas de escravos prosseguiram cada vez mais constantes. O Exército, através do decreto do marechal Deodoro da Fonseca, de 1887, se negou a perseguir os negros fugidos. Neste processo, damos destaque também aos caifazes liderados por Antônio Bento. Os caifazes eram grupos formados por advogados, estudantes, jornalistas, negociantes etc. que promoviam a fuga dos negros, perseguiram os capiteães-de-mato e ameaçavam os senhores escravistas.

A abolição definitiva era imperativa. A quantidade de escravos, por esta época, era de aproximadamente 720 000 para uma população de 13 500 000 habitantes. Isso significa que, na época da Lei Aurea, a população escrava era de mais ou menos 5% em relação à população livre.

Finalmente, o ministro conservador João Alfredo promoveu a votação de uma lei que determinava a extinção definitiva da escravidão no Brasil. Esta lei foi assinada pela princesa Isabel a 13 de maio de 1888; é a chamada Lei Aurea.



A Lei Aurea significou apenas a liberdade jurídica do negro: não lhe possibilitou a integração social.

Conseqüências da Abolição

“A abolição não acertou, como previam alguns, uma crise para a economia brasileira. Os setores econômicos mais dinâmicos já não utilizavam o trabalho escravo, e para eles a abolição significou o fim dos entraves à expansão do trabalho assalariado e à imigração. A maior afluência de imigrantes possibilitou a formação de fazendas mais modernas, organizadas em grandes unidades exportadoras, ainda que dependentes em grande parte das oscilações do mercado internacional. A abolição só trouxe dificuldades para os setores da economia que já se apresentavam em crise, como a cafeicultura do Vale do Paraíba e as lavouras do Nordeste.

“Em termos políticos, a abolição significou o fim da influência dos senhores de terras e de escravos e a emergência no poder dos fazendeiros do Oeste Paulista, que dominariam o país durante toda a República Velha.

“Cabe agora perguntarmos que significado teve a abolição em termos sociais, mais especificamente para o negro escravo? Teria ela significado realmente a libertação?”

“No Nordeste, a situação do ex-escravo não melhorou em nada; pelo contrário, tendeu a piorar. Os latifúndios ocupavam toda a região, impossibilitando a formação de pequenas propriedades, mesmo em nível de subsistência. Além disso, a crise da lavoura açucareira e as inovações técnicas reduziram ainda mais a procura de mão-de-obra. Na região Sudeste, nas áreas em que a lavoura açucareira estava em decadência, os ex-escravos tiveram oportunidade de se estabelecer e cultivar sua pequena ‘roça’. Esses casos foram, no entanto, uma exceção. A regra geral foi a não integração do negro à sociedade. Ele não tinha condições de concorrer com o imigrante, melhor qualificado tecnicamente. Os planos dos abolicionistas em relação à integração do escravo não se concretizaram. Os negros foram atirados no mundo dos brancos sem nenhuma indenização, garantia ou assistência. A grande maioria deslocou-se para as cidades, onde os aguardavam o desemprego e uma vida marginal. O que deveria ser um desajustamento transitório, transformou-se num desajustamento estrutural, reforçando, assim, o preconceito racial.

“A sociedade colonial organizou-se pelas mãos do colonizador que foi buscar na África a força de trabalho necessária aos seus empreendimentos. Ao senhor branco cabia dirigir a produção e a sociedade, ao escravo negro cabia o trabalho árduo na lavoura. Para justificar a escravidão, a classe dominante difundiu a idéia da superioridade do branco sobre o negro, da mesma maneira que difundira a superioridade do branco sobre o índio. À oposição entre as classes sociais juntou-se a oposição racial. O preconceito racial, forte ainda hoje, nasceu na sociedade escravista para manter o ‘negro’ sob o domínio do ‘branco’, o escravo sob o domínio do senhor.

“A abolição, na medida em que não promoveu a integração social do escravo, ratificou a idéia da inferioridade do negro, o que contribuiu ainda mais para a sua marginalização.

Estas manifestações tornaram-se mais intensas quando o vice-presidente Manuel Vitorino, elemento ligado aos radicais, ocupou interinamente o cargo de presidente da República, pois Prudente havia se afastado por doença.

Em março de 1897 Prudente reassumiu o cargo. Com o apoio do Congresso Nacional, para fazer frente aos radicais, ele reprimiu um motim florianista na Escola Militar e procurou eliminar a oposição que estava concentrada no Partido Republicano Federal.

A guerra de Canudos (1896-1897)



Arraial de Canudos. Desenho de Uripia.

O problema mais grave do governo de Prudente de Moraes foi a guerra de Canudos, que ocupou grande parte do período final de seu quadrênio.

Canudos foi o maior movimento nordestino de resistência à opressão dos latifundiários. Um movimento que refletia a extrema miséria em que viviam as populações marginalizadas dos sertões nordestinos.

De profunda importância social, Canudos foi dizimado.

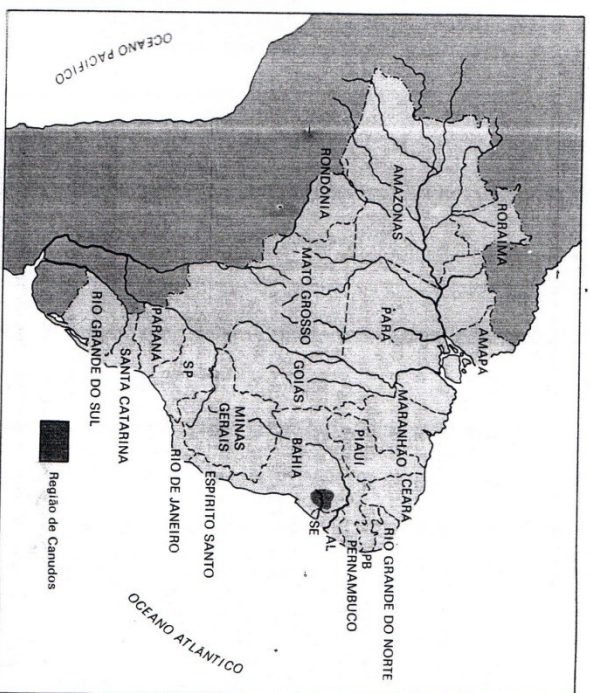
Era uma comunidade onde inexistiam diferenças sociais e onde os rebanhos e as lavouras pertenciam a todos. Enfim, Canudos possuía um sistema econômico comunitário.

Este modelo sócio-econômico era uma atração constante para milhares de sertanejos esfomeados, que viam no arraial a possibilidade de viverem livres da extrema opressão dos coronéis e viam no líder espiritual Antônio Conselheiro a salvação da alma.

Para os sertanejos, o arraial era a "terra prometida". Para os padres e para os latifundiários, era "um reduto de fanáticos assassinos" que precisava ser destruído para o bem das "pessoas de bem".

A Igreja oficial perdia seus adeptos e os coronéis, sua mão-de-obra praticamente gratuita. Isto eles não podiam perder. E o governo, para atender aos interesses destes grupos e de outras "pessoas de bem", resolveu exterminar Canudos e massacrar sua população. Foi uma chacina.

A guerra de Canudos aconteceu no sertão da Bahia, entre 1896 e 1897. Não foi um fato isolado, pois estava ligado às condições econômicas do Nordeste.



A estrutura econômica do Brasil funcionava com base no latifúndio, onde predominava a lavoura monocultora, ainda muito precária tecnicamente. Com a modernização da lavoura após a introdução da usina, milhares de camponeses foram expulsos de suas terras.

Devido à grande seca de 1877-1879, grande contingente de nortadinos migrou para a Amazônia, onde foi explorar os seringaais. Isso provocou uma carência de mão-de-obra disponível e levou a que os latifundiários nortadinos superexplorassem os trabalhadores que restaram em suas propriedades.

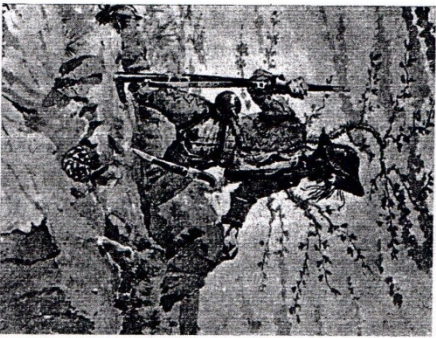
Em face da miséria, da subnutrição, da hostilidade geográfica e da superexploração, os nortadinos só tinham como saída a formação de grupos de jagunços e cangaceiros, ou, ainda, se juntarem a líderes messiânicos para vencer a miséria e a fome.

A busca de uma saída através do cangaço denunciava os grandes problemas sociais ocasionados pelo latifúndio. O cangaceiro e o jagunço eram originalmente contratados dos coronéis para serviços de proteção. Após a formação dos grupos, os cangaceiros passaram a agir de forma a contestar a ordem vigente, espalhando terror entre os grandes proprietários. Essa atitude não era consciente. Era uma forma de vencer a miséria da maneira mais primária, ou seja, empregando a violência.

O misticismo religioso era outra saída para a miséria. As condições materiais e culturais das populações miseráveis levavam à criação de seitas religiosas que justificavam a luta pela salvação. Nesse sentido, a religiosidade popular se opunha à religião oficial, que de forma alguma atendia às necessidades mais imediatas da população pobre, a fome, por exemplo. Isto é chamado catolicismo rústico.

Por volta de 1893, reuniu-se * no arraial de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, um grupo de fiéis, seguidores de Antônio Conselheiro, um beato que pregava a salvação para quem o seguisse. O arraial cresceu rapidamente. Em 1896, eram 20 mil os habitantes de Canudos. Eram trabalhadores rurais que produziam em liberdade e repar-tiam a colheita entre si. A fome os unia. A segurança do reduto era mantida por ex-jagunços e ex-cangaceiros. A religião rústica de Antônio Conselheiro os mantinha esperançosos de dias melhores.

O governo da Bahia tentou dispersar o ajuntamento e, para tanto, foram enviadas inicialmente duas expedições militares.



Jagunço de Canudos. Aquarrela de A.V.R.

214 * Canudos - região onde se juntaram coronéis
- arruaal quitéria

Os soldados foram vencidos e as expedições repetidas pelos ex-jagunços liderados por Pajeú e João Abade, estrategistas que dividiam com o Conselheiro o comando da comunidade e que empregaram as táticas da emboscada e da luta corpo a corpo.

O vice-presidente Manuel Vitorino, que ocupava naquele momento a Presidência como substituto de Prudente de Moraes, enviou a terceira expedição, comandada pelo coronel Moreira César. Para o governo era necessário combater os "fanáticos" de Antônio Conselheiro.

A expedição foi derrotada e o comandante morto em combate.

As constantes derrotas militares explicam-se pela razão de a grande maioria dos soldados desconhecer a região da caatinga, tão familiar aos do arraial de Canudos. Some-se a isso o fato de os sertanejos lutarem pela sobrevivência, e a compensação para os que morressem na luta era o reino dos céus, posto que se tratava de uma guerra santa.

Ao reassumir o governo, Prudente de Moraes enfrentou uma forte oposição floriantista, com muitos distúrbios no Rio de Janeiro. Os radicais acusavam o governo de fraqueza na repressão ao movimento que, inadequadamente, acusavam de monarquista e comunista.

Foi organizada uma expedição com seis mil homens e entregue o comando ao general Artur Oscar. Numa investida contra Canudos, a expedição ficou reduzida a 2 500 homens.

Prudente de Moraes ordenou ao ministro da Guerra, marchal Bittencourt, que embarcasse para a Bahia e assumisse o controle direto das operações. Organizaram-se serviços de transporte e de abastecimento.

Após intenso bombardeio de canhões, o arraial não resistiu e caiu a 5 de outubro. As tropas oficiais não fizeram prisioneiros.

... Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raiosamente cinco mil soldados." (CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo, Circulo do Livro, s/d. p. 476.)

Quando do desembarque do marchal Bittencourt no Rio de Janeiro, Prudente de Moraes foi recepcioná-lo. Houve um atentado contra a vida do Presidente, que saiu ileso, mas que ocasionou a morte do Marchal Marcelino Bispo, o responsável pelo atentado, era adepto fervoroso do floriantismo; tal fato levou Prudente de Moraes a decretar o estado de sítio, iniciando um processo de afastamento dos políticos da oposição, pacificando a República, ao nível da ordem civil.

Nesse clima tenso, assumiu a Presidência Café Filho, o vice, que deveria completar o mandato presidencial.

O ministério do novo presidente era conservador e formado basicamente por políticos da UDN. Destoava apenas o ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott, caracterizado como homem de centro.

Em 1955 houve novas eleições para a Presidência.

Nas eleições concorreram Juarez Távora pela UDN, Ademar de Barros pelo PSP, Plínio Salgado pelo PRP (Partido de Representação Popular) e Juscelino Kubitschek pelo PSD-PTB.

O resultado foi a vitória de Juscelino para presidente e de João Goulart para vice. João Goulart era um afilhado político de Getúlio e teve mais votos que Juscelino.

A vitória de João Goulart era uma vitória do getulismo. Vargas mostrava aos seus adversários que, mesmo depois de morto, ainda era uma força política. Mostrava que o getulismo permanecia vivo na memória do povo e que, mesmo depois de morto, seu nome era capaz de garantir uma vitória numa disputa eleitoral.

A derrotada UDN, que tinha no jornalista Carlos Lacerda seu mais extremado porta-voz, pregava abertamente o golpe para impedir a posse dos eleitos, explorando a animosidade existente entre setores conservadores das Forças Armadas e o vice João Goulart.

Carlos Lacerda, na *Tribuna da Imprensa*, afirmava que os eleitos foram apoiados pelos comunistas, por trabalhadores e criaturas de baixa condição social e que o país não poderia ser governado por esse tipo de gente.

A situação agravou-se com o afastamento de Café Filho por motivo de doença. Com seu afastamento, assumiu a Presidência Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados.



Café Filho.

Carlos Luz, homem ligado à UDN, assumiu a ideia do golpe e não pretendia empossar os eleitos, Juscelino e João Goulart.

Porém, o general Lott, ministro da Guerra e defensor da legalidade constitucional, deu um golpe preventivo (contragolpe), derrubou Carlos Luz, que se refugiou no Cruzador Tamandaré com alguns militares e políticos golpistas.

O Congresso Nacional declarou Carlos Luz impedido, e assumiu o poder o presidente do Senado, Neru Ramos, que deu posse aos eleitos em janeiro de 1956.

Juscelino Kubitschek (1956-1961)

O "Presidente Bossa-Nova"

Bossa nova era o novo estilo da música popular brasileira. Juscelino foi assim chamado pelo seu estilo inédito de governar.

O novo presidente cruzava o Brasil de avião e recebia personalidades descalço no palácio.

Sua enorme habilidade política conseguiu manobrar os militares. Para a Marinha, comprou um porta-aviões. O Exército foi contido com novos equipamentos militares. Assim, Juscelino conseguiu isolar os radicais que, em 11 de fevereiro, tinham promovido a queda de Jacarcanga e Aragarças.

Agindo com a habilidade costumeira, Juscelino não reprimiu violentamente a direita radical. Tratou-a com luva de pelica, concedendo-lhe anistia.



Juscelino Kubitschek.

Cinqüenta anos em cinco

Esse era o lema da política econômica. Juscelino prometeu cinqüenta anos de progresso em cinco de governo. Sem dívida, foi uma época de grande desenvolvimento industrial.

A produção industrial cresceu 80% nesse período (1956-1960). O crescimento *per capita* efetivo foi três vezes maior que o do resto da América Latina.

Esse surto econômico foi denominado nacionalismo desenvolvimentista. Diferente do nacionalismo de Vargas, era assentado no capital estrangeiro.

Era um nacionalismo que fazia um apelo à necessidade de o Brasil tomar seu destino de desenvolvimento. Os militares, a classe média e o empresariado apoiavam essa política econômica, que se fundamentou em três fatores básicos:

- existência de um grande mercado interno, com grande oferta de matérias-primas, que possibilitasse maior produção de aço e ferro;
- disposição dos homens de negócios, principalmente estrangeiros, em investir devido ao papel dinâmico de Juscelino e aos privilégios concedidos ao capital estrangeiro pela *Instrução 113 da SUMOC* (Superintendência da Moeda e do Crédito), criada pelo governo Café Filho;
- existência de uma economia mista que possibilitasse, com ênfase, o desenvolvimento da indústria de base.

O **Programa ou Plano de Metas** foi a espinha dorsal do nacionalismo desenvolvimentista. Era um equilíbrio contraditório entre o discurso nacionalista desenvolvimentista e realizações econômicas fundamentadas na abertura ao capital estrangeiro. O plano teve origem em economistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento).

O plano pretendia acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras. Enfim, aumentar a oferta de emprego, desenvolvendo cinco pontos básicos, a saber: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

A construção de Brasília era considerada a meta-síntese do governo. Para a realização desse ambicioso plano econômico, Juscelino teria de lançar mão de emissões e empréstimos estrangeiros.

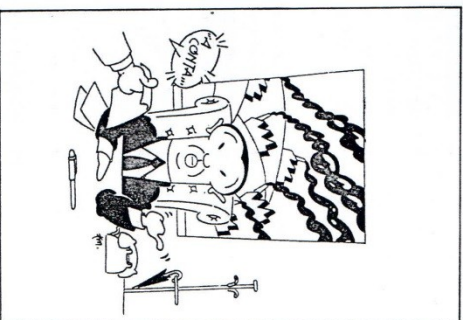
O FMI (Fundo Monetário Internacional) recusou os empréstimos, pois via com clara desconfiança a política inflacionária que era prejudicial aos credores internacionais. Apesar disso, os empréstimos foram contraiídos em bancos europeus e americanos sem a garantia do FMI.

O sucesso do plano foi possível, em grande parte, graças à criação de órgãos de administração paralela diretamente ligados à Presidência da República. Eram grupos de trabalho e execução, como o GEICON (Grupo Executivo da Construção Naval), o GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística) e o GEIMAPE (Grupo Executivo para a Indústria da Maquinaria Pesada).

É importante entender que, nesse momento, se instaurou plenamente no Brasil o **capitalismo de Estado**, com a instalação de bases técnicas necessárias para a autode-terminação do capital, impondo uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação.

Entretanto, a implantação dessa dinâmica monopolista na economia brasileira submete o capital nacional ao estrangeiro.

No plano social, deu-se o fortalecimento de uma classe média exuberante e consumista. Entretanto, os trabalhadores pouco lucraram. Na realidade, mais perderam, pois o alto custo de vida gerado pela inflação e a não-correção salarial criavam focos de tensão social. Por outro lado, a industrialização atingiu apenas algumas áreas do país, produzindo desequilíbrios regionais.



Um novo padrão de acumulação que produziu progresso industrial, porém gastos excessivos, acelerando o processo inflacionário. (MARRANHÃO, Ricardo. *O governo de Juscelino Kubitschek*. São Paulo, Brasiliense, s/d. p. 45.)

